

Roosevelt Pinheiro



POSIÇÃO Heloísa Helena acusa o governo Lula de jogar ao lado dos banqueiros

Heloísa Helena repudia corte do ponto de bancários

O anúncio do governo federal de que cortaria o ponto dos grevistas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal levou a senadora Heloísa Helena a ler nota de repúdio assinada por parlamentares de seu partido, o PSOL. Ela acusou o governo de, inicialmente, ter-se omitido na greve. "Em seguida, quando atuou, foi para intervir ao lado dos banqueiros", afirmou.

Página 3

Heráclito: "Brasil assiste a uma das campanhas mais caras"

O senador Heráclito Fortes afirmou ontem, no Plenário, que o Brasil está assistindo a uma das campanhas eleitorais mais caras de sua história. Uma das razões, segundo ele, é o dinheiro que o Partido dos Trabalhadores (PT) vem gastando para promover seus candidatos. A expectativa de Heráclito é que, na próxima semana, aumentem as denúncias de abusos na campanha.

Página 3

DEBATES NA UNILEGIS

Pertence quer financiamento público de campanha eleitoral

O financiamento público das campanhas eleitorais foi defendido ontem pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Sepúlveda Pertence. Ao participar do "Ciclo de Conferências Unilegis 2004", no Senado, Pertence lembrou "a sucessão de escândalos" ligados ao que chamou de verdadeiro investimento em que se tem transformado o financiamento privado das cam-

panhas. "Será enormemente econômico financiar com recursos públicos a campanha eleitoral", disse. Depois de reconhecer que a idéia não é popular, "nesse momento de desalento com a democracia no mundo todo", o ministro do TSE observou que "o financiamento privado se remunera à custa da corrupção". Ele considerou a luta contra o poder econômico um dos desafios da Justiça Eleitoral.

Página 3



Jane Araújo

DEBATE No ciclo de conferências da Unilegis, Valmir Campelo, Agaciel Maia, Sepúlveda Pertence e Heitor Gurgulino de Souza

Campelo propõe controle de qualidade dos gastos públicos

elaboração de lei que disponha sobre metas e padrões a serem cumpridos pelos programas da administração pública foi sugerida ao Congresso Nacional pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo. Participante do "Ciclo de Conferências Unilegis 2004", Campelo definiu o papel do Congresso: ao aprovar a realização de despesa pública, o Legislativo forneceria também o referencial para verificar se os recursos estão bem aplicados. Esse parâmetro constituiria o que chamou de "Lei de Responsabilidade Social". Ele considerou "louvável" proposta de emenda à Constituição, apresentada pela senadora Lúcia Vânia, com o estabelecimento de indicadores.

Página 4

Flávio Arns aplaude apoio a escolas especiais

Página 2



REVISÃO Pavan sugere que a Justiça determine o índice de reajuste da prestação questionada

Projeto de Pavan assegura direitos de mutuários

Os mutuários inadimplentes de financiamentos imobiliários poderão ter de volta a possibilidade de revisão de cláusulas contratuais consideradas abusivas, segundo o Projeto de Lei 256/04, de autoria do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a Lei 10.931/04, citada pelo autor, nas ações judiciais desse tipo, a exigibilidade do valor controvertido poderá ser suspensa mediante depósito do "montante correspondente, no tempo e modo contratados". Na opinião do senador, os mutuários inadimplentes estariam, assim, impossibilitados de pedir revisão. Por isso, Pavan sugere a suspensão da exigibilidade do valor controvertido "com o índice de reajuste determinado pelo juiz".

Ele disse que a lei em vigor obriga os mutuários inadimplentes a pagar as prestações em atraso segundo os valores cobrados pelos bancos com juros e correção, mesmo que esses estejam em desacordo com os reajustes salariais do mutuário. Assim, os mutuários perdem a capacidade financeira de pagar as prestações.

Flávio Arns elogia governo por incluir escolas especiais no Fundeb

Senador anuncia ainda que governo vai incluir essas entidades no Programa Nacional do Livro Didático

O senador Flávio Arns (PT-PR) anunciou que o projeto de criação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que se encontra na Casa Civil da Presidência da República para ser enviado ao Congresso, contemplará as entidades que atendem pessoas com deficiência.

Ele parabenizou o governo e o Ministério da Educação



ANTECIPAÇÃO Arns destaca que projeto de criação do fundo será enviado pela Casa Civil ao Congresso

(MEC) por essa iniciativa, mencionando outra notícia igualmente relevante: a inclusão das escolas especiais no Programa Nacional do Livro Didático.

– No último semestre, expus ao ministro Tarso Genro a necessidade de que o projeto apresentado pelo MEC contemplasse as escolas especiais. Esse tema foi, inclusive, debatido exaustivamente por entidades da área e membros do ministério para que a proposta fosse clara ao incluir os alunos atendidos pelas escolas especiais entre os contemplados pelo Fundeb.

Flávio Arns disse que esse é um pleito antigo do setor e que, a partir de 2005, os professores dessas escolas poderão escolher os livros que serão utilizados pelos alunos.

– Assim como ocorre no ensino regular, cada aluno terá di-

reito a receber livros referentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia – salientou.

O parlamentar lembrou que vários senadores já manifestaram a importância do apoio do poder público às escolas especiais, que cumprem papel fundamental na integração das pessoas com deficiência. Ele acrescentou que, embora o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (Paed) faça parte da realidade das escolas, o valor repassado é ínfimo diante das necessidades enfrentadas no dia-a-dia dessas entidades.

Agenda



José Cruz

Pauta do Plenário disponível na Internet

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, é não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. A pauta completa do Plenário, com os oradores inscritos e as matérias a serem votadas, pode ser encontrada na ordem do dia eletrônica, pelo site <http://www2.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>.

Tardes Tecnológicas

O programa Tardes Tecnológicas, do Prodasen, realiza hoje, às 15h, palestra sobre a "Melhoria da qualidade de vida para profissionais de desenvolvimento de sistemas com o uso do modelo de engenharia de software SW-CMM". O evento, no auditório do Interlegis, discute os benefícios do modelo SW-CMM.

A Voz do Cidadão

Pelo telefone 0800 61 2211, o cidadão de qualquer lugar do Brasil pode entrar em contato com o Senado para tirar dúvidas, fazer sugestões ou reclamações. É o serviço A Voz do Cidadão, que funciona 24 horas por dia, sem qualquer custo.

Plano de carreira

Pode ser criada hoje, às 14h30, comissão mista para discutir a MP 216/04, que trata do plano de carreira de funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e reestrutura cargos do Ministério da Agricultura, entre outros.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pinheiro

RAPIDEZ Arthur Virgílio pede agilidade do governo para acabar com foco da doença no estado

Febre aftosa no Amazonas preocupa Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), solicitou ao Ministério da Agricultura urgência nas medidas para eliminar os focos de febre aftosa detectados no Amazonas pelo governo do estado. A confirmação da doença chegou às mãos do senador em ofício assinado pelo secretário estadual da Produção Agropecuária, deputado Luiz Castro Andrade Neto; pelo delegado federal de Agricultura, José Rogério Vasconcellos de Araújo; e pelo diretor da Comissão de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, Alexandre Henrique F. de Araújo.

O vírus da febre aftosa, segundo o ofício, foi encontrado nas amostras colhidas em uma propriedade no município de Careiro da Várzea.

Aguarda-se agora a conclusão do inquérito epidemiológico. Virgílio solicitou ao ministro celeridade na investigação e providências para rápida debelação do foco da doença.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CONSTATAÇÃO Medida deixa claro que o governo Lula joga ao lado dos banqueiros, diz Heloísa Helena

Heloísa repudia decisão de cortar o ponto de bancários

Ao comentar o anúncio do governo federal de que cortaria o ponto dos bancários em greve do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) leu em Plenário nota de repúdio assinada pelos deputados Babá (PSOL-PA), João Fontes (PSOL-SE) e Luciana Genro (PSOL-RS), além dela própria e da Executiva do Partido do Socialismo e Liberdade.

Heloísa observou que a deflagração da greve nacional neste ano teve uma particularidade: as direções sindicais defenderam a aceitação da proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), mas os bancários disseram não e a posição da Confederação Nacional dos Bancários, ligada à CUT, foi derrotada nas assembleias. Ela lembrou que, numa reunião com as direções dos sindicatos, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, afirmou que o governo não iria intervir nas negociações.

Para a senadora, a decisão do governo deixa evidente que a administração Lula joga ao lado dos banqueiros para “tentar intimidar e derrotar” a greve nacional dos bancários.

– Não é à toa que no dia seguinte os telejornais da Rede Globo fizeram coro com o governo e passaram a comentar os prejuízos da população com a greve. Não falam dos lucros dos bancos nem dos juros que infernizam o país e enriquecem os rentistas. Não falam dos baixos salários dos bancários nem das péssimas condições de trabalho. Fazem coro com o governo para condenar os bancários. Ao mesmo tempo, os tribunais começam a ser acionados para também intimidar o movimento – disse a senadora.

Ministro defende financiamento público das campanhas eleitorais

■ Para Sepúlveda Pertence, medida inibiria corrupção, além de resultar em economia para o erário

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Sepúlveda Pertence, defendeu ontem a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais. Ao comentar os preparativos para as eleições municipais, durante o “Ciclo de Conferências Unilegis 2004”, ele previu que a medida poderá resultar em economia para os cofres públicos, uma vez que inibiria a prática da corrupção.

– A sucessão de escândalos ligados a esse verdadeiro investimento em que se tem transformado o financiamento privado das campanhas levam a intuir que será enormemente econômico financiar com recursos públicos a campanha eleitoral. Sei que a idéia aparentemente não é popular, nesse momento de desalento com a democracia no mundo todo. Mas o financiamento privado se remunera à custa de corrupção – alertou.

A luta contra o abuso do poder econômico e do poder



COMBATE O presidente do TSE, Sepúlveda Pertence, vê a luta contra o abuso do poder econômico e do poder político como o maior desafio da instituição

político foi definida por Sepúlveda Pertence como o maior desafio da Justiça Eleitoral para a realização do pleito deste ano. Ele disse que a instituição, sozinha, é impotente para coibir os casos de abuso. Por essa razão, apontou a participação da sociedade como fundamental para a lisura das eleições. “Minha esperança é na afirmação da cidadania, que dá mostras de intolerância com o abuso.”

Com a crescente urbanização do país, observou Pertence, o coronelismo já não tem a mesma força do que antes. Mas as eleições, recordou, dependem cada vez mais da utilização dos meios de comunicação de massa, o que tenderia a multi-

plicar os custos de campanhas eleitorais. Por isso, ele definiu a questão do financiamento eleitoral como o “desafio maior do aperfeiçoamento do processo político”.

Apuração rápida

Embora sem a “ingenuidade” de ignorar os desafios a vencer, o presidente do TSE ressaltou que a Justiça Eleitoral vê com “orgulhosa tranqüilidade” a iminência das eleições de outubro. Ele anunciou que pelo menos 90% dos votos depositados nas urnas serão apurados até a meia-noite de 3 de outubro. Os restantes 10%, garantiu, serão processados até o dia seguinte.

Segundo os números apre-

sentados pelo ministro, 119,8 milhões de eleitores irão às urnas no próximo domingo, para escolher 5.562 prefeitos e 51.802 vereadores. Existem desde localidades com menos de mil eleitores, como relatou, até municípios como o de São Paulo, com 7,7 milhões de eleitores.

Sepúlveda Pertence afirmou que a Justiça Eleitoral foi uma “criação inovadora” do constitucionalismo brasileiro. Criada em 1932, assinalou, ela representou por quase três décadas exemplo único no mundo. Conforme o ministro, a medida foi acompanhada da adoção do voto secreto, do voto feminino e da representação proporcional. Com as mudanças, a participação do eleitorado no total da população saltou de 5,5%, na época da República Velha, para os atuais 70%, salientou.

Avanços

Um “salto de qualidade”, na opinião de Pertence, foi a criação da cédula oficial, que retirou das “forças políticas dominantes” um dos fatores fundamentais do controle das eleições. Ele citou como “passos gigantes” da Justiça Eleitoral, após a redemocratização de 1985, o recadastramento dos eleitores e a implantação gradativa da urna eletrônica.

Heráclito aponta alto gasto do PT com seus candidatos

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ontem que o Brasil está assistindo a uma das campanhas mais caras de sua história, principalmente pelo dinheiro que o Partido dos Trabalhadores vem gastando para promover seus candidatos. Ele disse que nunca viu um partido político passar por transformação tão grande como a do PT e previu que logo que terminem as eleições o governo federal vai autorizar novo aumento no preço dos combustíveis.

– Nunca vi uma transformação e uma deformação tão grandes como as do PT nos dois últimos anos. Que metamorfose! Aquela história de pureza nas pregações que nos fazia inveja e nos deixava admirados foi toda por água abaixo. Basta ver o dia-a-dia do aliciamento, dos tais visitantes remunera-

dos. É uma coisa realmente de assustar.

Segundo Heráclito Fortes, tornou-se comum o PT promover *shows* com artistas caros e de renome nacional como o pianista Arthur Moreira Lima, que teria se apresentado em showmícios em Teresina e outras cidades menores. O senador denunciou ainda que o governador do Piauí, o petista Wellington Dias, também trouxe de volta para a administração pública a perseguição aos adversários.

O parlamentar previu que na próxima semana, tão logo comecem a ser divulgados os resultados das eleições, haverá, nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, uma sucessão de discursos de parlamentares se queixando e denunciando supostos abusos



EXCESSO Para Heráclito Fortes, nunca houve no país campanha tão cara como a deste ano

que teriam sido cometidos pelo PT e seus aliados.

Heráclito citou ainda matéria publicada na edição de ontem do *Correio Braziliense*, segundo a qual um avião da Varig foi interceptado pela Polícia Federal do Acre transportando 279 caixas de camisetas e R\$ 20 mil. A PF, segundo o noticiário, recebeu a informação de que as camisetas, todas lisas e de cores vermelha e branca, seriam utilizadas na campanha de um candidato do PT.

Zambiasi lembra Semana Farroupilha

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou as comemorações da Semana Farroupilha, no Rio Grande do Sul, evento que lembra a luta dos gaúchos durante a Guerra dos Farrapos, iniciada em 1835.

– Os farroupilhas lutavam por uma federação, respeitando as diversificações econômicas regionais. Queriam o direito de legislar e administrar seus recursos em benefício das comunidades. Queriam a federação com autonomia de cada província e de cada município, além do controle do poder do estado pelos representantes do povo.

Durante a semana, segundo Zambiasi, são realizados festivais de canções nativas, lançamentos de livros, palestras e encontros. As comemorações encerram-se com o Desfile Farroupilha, evento cívico-militar que ocorre na capital do estado.

Campelo sugere lei para assegurar qualidade dos programas públicos

■ Presidente do TCU apóia "Lei de Responsabilidade Social" que normatize a aplicação de recursos

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, sugeriu ao Congresso Nacional a elaboração de legislação que disponha sobre metas e padrões a serem cumpridos pelos programas realizados pela administração pública. A sugestão foi feita em palestra ontem, sobre o "Papel do TCU e a Transparência na Prestação de Contas do Setor Público", proferida no "Ciclo de Conferências Unilegis 2004", realizado no auditório do Interlegis.

– O Congresso Nacional, ao aprovar a realização de despesa pública, forneceria referencial para avaliar se os recursos estão bem aplicados – explicou ele.

Campelo apoiou a elaboração de uma "Lei de Responsabilidade Social", ao observar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em vigor, embora tenha trazido benefícios inquestionáveis, cuida dos limites de gastos, o que, a seu ver, não impede a má aplicação dos



REFERENCIAL Para Valmir Campelo, em palestra ontem no Interlegis, a definição de padrões potencializa o trabalho dos órgãos de fiscalização

recursos.

Ele considerou louvável a iniciativa da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) de apresentar a proposta de emenda à Constituição (PEC) determinando que os objetivos impostos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, estabelecidos por lei complementar. A PEC (29/03) está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Na última reunião do colegiado, em 15 de setembro, foi concedida vista ao senador Sibá Machado (PT-AC).

– Os órgãos de fiscalização dispõem de padrões adequa-

dos para realizar o seu trabalho e a aplicação dos recursos tenderia a ser otimizada – afirmou Valmir Campelo.

Prioridades

Os programas do governo federal e as obras públicas têm sido, segundo o ministro, duas áreas prioritárias para os procedimentos de fiscalização realizados pelo tribunal. Em 2003, informou ele, o órgão verificou a aplicação de R\$ 1,2 bilhão de recursos, em programas conduzidos pelo governo.

O TCU, explicou Campelo, elabora um plano anual de auditorias que serve para subsidiar o Congresso na alocação de verbas, seguindo diretrizes

da Lei Orçamentária Anual. Em 2004, declarou ele, mais de 400 obras, representando R\$ 20 bilhões, foram fiscalizadas, sendo que 70 delas apresentaram irregularidades graves. O relatório do órgão foi entregue ao presidente do Senado, José Sarney, na semana passada.

Classificação

Segundo Campelo, o TCU vem desenvolvendo um trabalho de avaliação de suma importância para saber se a aplicação de recursos estatais tem alcançado os objetivos propostos. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004, assinalou, o TCU vai classificar os programas governamentais em satisfatórios ou inadequados.

Em 2003, observou Campelo, o órgão realizou várias auditorias para verificar programas em áreas como agricultura, trabalho, turismo, alfabetização e saneamento básico. Este ano, acrescentou, outros nove programas serão fiscalizados incluindo o Fome Zero, Bolsa Família, Assistência Farmacêutica, Banco de Alimentos e Atenção à Saúde Mental.

– Isso demonstra o esforço de atuação do TCU nas ações governamentais de maior interesse social – ressaltou.



POTENCIALIDADE Segundo Paulo Octávio, setor pode apoiar soluções para problemas sociais do país

Paulo Octávio: turismo avança a economia

Atualmente, o turismo está sendo visto como um segmento muito importante para alavancar a economia e gerar emprego, além de ser um novo caminho para resolver os graves problemas sociais que assolam o país, afirmou ontem o senador Paulo Octávio (PFL-DF), ao final de sessão solene realizada pela Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo.

Segundo Paulo Octávio, vice-presidente da Subcomissão de Turismo no Senado, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a valorização do setor faz com que estados e municípios criem secretarias de turismo, e o governo federal canalize mais recursos, por meio do orçamento da União.

Consultoria afirma que gastos com Fome Zero estão superestimados

Os gastos de R\$ 14,54 bilhões com o Fome Zero, principal programa social do governo, foram superestimados no Projeto de Lei Orçamentária de 2005, conforme avaliação da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) do Senado. Um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo exercício permitiu ao Legislativo conhecer o que o Executivo está classificando como Fome Zero. O detalhamento consta de anexo das informações complementares ao projeto de lei do orçamento enviado ao Congresso.

O governo incluiu, por exemplo, despesas com a formação de estoques reguladores, no montante de R\$ 1,98 bilhão, que funcionam para garantir preços mínimos aos produtores rurais. "Essa é uma política antiga, voltada para evitar manobras especulativas de mercado que prejudiquem o agricultor brasileiro. É uma ação que nada tem a ver com

o Fome Zero", aponta o coordenador-geral do Orçamento de 2005 na Conorf, Luiz Perezino.

Outro exemplo, destacado pelo consultor, é a equalização de juros para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os recursos alocados com essa finalidade, de R\$ 3,51 bilhões, representam pouco mais de 24% do total considerado pelo governo como Fome Zero. Só que, como lembra Perezino, essa equalização de juros do Pronaf é uma lei de 1992 (Lei 8.427) e não se caracteriza como transferência direta de renda, o que conceitua o programa social.

Pelos seus cálculos, cerca de 60% do total de R\$ 14,54 bilhões previstos pelo governo poderiam ser considerados como ações integrantes do Fome Zero. O consultor lembra, ainda, que o dispositivo na LDO foi solicitado pelo Legislativo pela dificuldade em se obter informações sobre o programa.

Lúcia Vânia propõe avaliação de objetivos sociais

Proposta de emenda à Constituição (PEC) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), busca tornar possível a avaliação, por meio de indicadores sociais, dos objetivos relacionados à ordem social do país, que inclui as áreas de previdência e assistência social, saúde, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente e proteção à família, crianças, adolescentes e idosos. Os índices seriam estabelecidos por meio de lei complementar.

A matéria (PEC 29/03), que modifica o artigo 193 da Constituição, tem relatório favorável do senador Tasso Jereissati



AVANÇO Aprovação da PEC é um passo para "Lei de Responsabilidade Social", afirma Lúcia Vânia

(PSDB-CE). O senador considera que a aprovação da proposta contribuirá para "instituir um Índice de Responsabilidade Social, com abrangência nos três níveis de governo".

Lúcia Vânia afirma ainda ser preciso avançar muito, mas acredita que a aprovação de sua PEC é um passo para uma "Lei de Responsabilidade Social" (LRS), capaz de definir metas macrossociais para o país.

Pesar pela morte da filha de Alberto Silva

O Plenário aprovou requerimento do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) de voto de pesar pelo falecimento, na segunda-feira, de Juliana da Silva Távora, filha do senador Alberto Silva (PMDB-PI) e viúva do ex-deputado Carlos Virgílio Távora. Serão enviadas condolências à família.

Heráclito lamentou a morte prematura de Juliana Távora, ressaltando os inúmeros trabalhos de cunho social levados adiante por ela, na qualidade de filha e mulher de político.

Presidindo a sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) também lastimou o falecimento de Juliana Távora, apresentando suas condolências pessoais ao senador Alberto Silva.